

SISEJUFE **FLAQUE POR DENTRO**

A AMEAÇA ESTÁ DE VOLTA

Reestruturação das Funções Comissionadas pode ser votada nesta segunda, 18 de junho

Entrou na pauta da sessão de segunda-feira, 18 de junho, às 14h, no Pleno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), a "Alteração na estrutura dos gabinetes e subsecretarias" – o que significa que a ameaça da proposta de reestruturação das Funções Comissionadas, que teve votação adiada na sessão plenária da Corte do Tribunal, em 9 de abril, está de volta!

Desde o conhecimento da reestruturação das FCs, o Sisejufe organizou movimento de luta contra a proposta. Foi realizada uma audiência com a presidente do Tribunal, desembargadora Maria Helena Cisne, na qual o Sisejufe expôs a situação crítica da categoria devido aos seis anos de defasagem salarial e que não seria o momento para nenhuma reestruturação. O sindicato promoveu dois atos públicos em frente do TRF2 nos dias 28 de março e 9 de abril. Os dois atos públicos, somados, chegaram a reunir 300 servidores.

À época, a desembargadora Maria Helena Cisne,

Mobilização de todos os servidores e servidoras, na segunda-feira, 18 de junho, às 13h, em frente ao Tribunal. Vamos ocupar o Plenário do TRF a partir das 14h, para evitar a Reestruturação das Funções Comissionadas!

afirmou que o Tribunal faria um estudo pormenorizado das possíveis implicações de perdas remuneratórias para os funcionários inseridos na reestruturação das FCs e, somente após esse estudo, o tema voltaria para votação na Corte. A presidente também garantiu que durante o estudo, os servidores dos órgãos atingidos pela reestruturação das FCs seriam procurados e ouvidos sobre o impacto da proposta.

O Sindicato acompanha com preocupação essa

discussão. Conforme dados apurados pelo Sisejufe, essa reformulação deverá atingir mais de 150 servidores, que atualmente contam com o valor das FCs como parte de seus vencimentos – o que, na prática, significa uma complementação salarial em função da falta de reajuste salarial há mais de cinco anos.

A proposta tem ocasionado apreensão aos servidores em virtude da situação extremamente complicada que todos enfrentam pela falta de reajuste há

mais de seis anos. Por isso, qualquer perda de valor salarial compromete diretamente os compromissos financeiros dos servidores atingidos pela medida. Atualmente, todos contam com o valor das FCs como parte de sua remuneração, face à defasagem salarial e ao crescente aumento do custo vida.

Além disso, o Sisejufe entende que essa medida levará a um processo de elitização das funções e ao esvaziamento da área administrativa do TRF2, causando um processo de precarização dos setores administrativos com efeitos nefastos para o bom funcionamento do Tribunal. Nesse sentido, o sindicato espera contar com sensibilização da Administração para que suspenda qualquer decisão acerca da reestruturação das FCs da área administrativa e das turmas.

O Sisejufe tem feito a defesa intransigente da valorização salarial dos servidores através da aprovação do PL 6.613/2009, que até então continua parado na Câmara dos Deputados sem data para aprovação.